

*** **MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO** ***

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ATA Nº 02 DE 17/04/2013

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENALVA DO
CASTELO, REALIZADA EM DEZASSETE DE
ABRIL DE DOIS MIL E TREZE**

-----Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e treze, pelas quinze horas, nesta vila de Penalva do Castelo e no salão nobre da Câmara Municipal, reuniu, nos termos do nº 1, do Artigo 49º. da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de onze de janeiro, a Assembleia Municipal, sob presidência do Presidente da Assembleia Municipal, José Luís Xavier de Almada Saldanha Cardoso de Menezes, secretariado pelo José Luís Albuquerque Antunes e pela Susana Maria Lourenço Chaves Pais. -----

-----Verificaram-se as presenças e ausências dos senhores deputados e, conseqüentemente, a existência de quórum.-----

-----Nestas condições, foi declarada aberta a sessão, dando-se cumprimento à ordem de trabalhos constante na convocatória oportunamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Primeiro – Apresentação do expediente relevante e prestação de informação ou esclarecimentos que à Mesa cumpra produzir:-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente relevante recebido, nomeadamente:-----

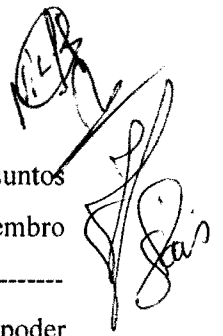
-Cópia da moção aprovada, por unanimidade, na reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia 25 de março e enviada ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde.-

Segundo – Leitura, apreciação, votação das atas das sessões anteriores e outros assuntos previstos no artigo dezoito do Regimento da Assembleia Municipal:-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal leu à Assembleia as alterações ao projeto da ata, sugeridas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Real.-----

-----O membro António Correia Cabral solicitou que fosse feita alteração de uma das suas intervenções justificando que a transcrição apresentada pode ser comprometedora porque não esclarece, de forma inequívoca, o que foi proferido.-----

-----Depois das referidas alterações a Assembleia aprovou, por unanimidade, a redação final da ata.



-----O Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção para outros assuntos previstos no artigo dezoito do Regimento da Assembleia Municipal, no qual se inscreveu o membro António Correia Cabral e o Presidente da Junta de Freguesia de Real.-----

-----O membro António Correia Cabral assentiu que a Câmara Municipal fizesse o *frete* ao poder central assumindo responsabilidades e encargos financeiros que não lhe competem com pagamento do vencimento do clínico do Centro de Saúde de Penalva do Castelo, o doutor Ivan, para evitar que algumas famílias Penalvenses fiquem sem médico.-----

-----No entanto, e passados quatro meses, questionou o executivo sobre as diligências feitas no sentido de pôr cobro a esta situação.-----

-----Referiu que também é lícito extrapolar algumas considerações, nomeadamente se porventura está apenas em causa o legítimo direito das famílias Penalvenses em ter o respetivo médico de família ou se também esse *frete* não está a ser excedido pela Autarquia e, sobretudo se não está a dar uma ajuda ao Ministério que tutela esta área, que não dá o devido passo, ou ao Ministério das Finanças responsável pelo pagamento.-----

-----Disse que o *frete* devia ser feito no menor lapso de tempo possível, que o Presidente de Câmara devia continuar a reforçar de forma enérgica e reivindicar a solução deste legítimo problema.-----

-----Questionou o Presidente da Câmara se havia fixado algum prazo ou condições ao Ministério que tutela a área da saúde para a resolução deste problema grave, mostrando uma posição ativa na resolução deste assunto.-----

-----Pedi que fosse informado sobre a existência ou o eventual interesse em colocar beneficiários do RSI (Rendimento Social de Inserção) do Concelho ao serviço da Autarquia; se o Presidente tinha o número de beneficiários do RSI do Concelho.-----

-----O Presidente de Câmara concordou parcialmente com a intervenção do membro anterior relativa ao pagamento dos vencimentos do clínico aludido, mas advertiu que a Câmara não fazia *fretes* a ninguém; acrescentou que apenas estava a ajudar a nossa população, os nossos Municípios e reforçou que têm sido feitas diligências redobradas. No entanto, e existindo a capacidade para resolver este tipo de situações, a Câmara vai colaborar para que os Municípios, alheios a este problema, não sejam prejudicados.-----

-----Acrescentou que as áreas da saúde, da justiça, entre outras, não são da competência da Câmara.-----

-----Manifestou também a sua indignação pelo problema existente.-----

-----Referiu que o anterior Diretor do Centro do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Dão Lafões III não resolveu o problema atempadamente como em outros sítios com situações idênticas, onde os mesmos foram resolvidos.-----

-----Em relação aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção revelou que existem no Concelho cinquenta e cinco beneficiários; que a Câmara e algumas juntas de freguesia têm acolhido estas pessoas com o objetivo de as integrar no mercado de trabalho.-----

-----O membro António Correia Cabral questionou novamente o Presidente de Câmara sobre as diligências efetuadas e se tinha fixado algum prazo para a resolução do problema da contratação do Clínico atrás referido.-----

-----Referiu que estando a assumir as responsabilidades e compromissos financeiros que não são da competência da Autarquia, está a esvaziar completamente o poder de manifestação, reivindicação, nomeadamente da respetiva Comissão de Utentes. -----

-----O Presidente de Câmara informou que o processo está no Ministério das Finanças aguardar despacho. Quanto ao prazo estabelecido pela Câmara para que seja resolvida a situação, referiu que é até ao final do mandato.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Real revelou que a Comissão de Utentes, com quem esteve reunido, tinha novos dados relativamente aos apresentados pelo Presidente da Câmara; o processo já não se encontrava no Ministério das Finanças mas no Ministério da Saúde. -----

-----Deixou o repto para que as estruturas trabalhem em conjunto na defesa dos utentes, nomeadamente a Câmara e a Comissão de Utentes. -----

-----O Presidente de Câmara pediu que lhe fosse dada a informação de quando é assinado o contrato com o Clínico. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Real referiu que havia um dado novo e que o Presidente da Câmara não tinha conhecimento; conclui que se havia um verdadeiro interesse na defesa dos utentes teria de dar um passo em frente e estabelecer contatos com as estruturas responsáveis e com a Comissão de Utentes. -----

-----O Presidente da Câmara afirmou que seria a primeira pessoa a ser informada quando existisse uma data para se desvincular do protocolo assinado.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Primeiro – Informação do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município: -----

-----O Presidente da Câmara deu a conhecer, de acordo com o artigo décimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal, a atividade municipal e a situação financeira do Município, explicando e esclarecendo a Assembleia sobre o seu conteúdo. Esta informação fica anexa à presente ata da qual faz parte integrante. -----

----- Depois das informações fornecidas pelo Presidente da Câmara Municipal, foi aberto um período de intervenções, para o qual se inscreveram os membros José Luís Albuquerque Antunes, o Presidente da Junta de Freguesia de Trancozelos, o Presidente da Junta de Freguesia de Real e o Presidente da Junta de Freguesia de Germil. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Real perguntou ao Presidente da Câmara se tinha alguma previsão para a conclusão das obras dos sanitários públicos em Penalva do Castelo. Pediu esclarecimentos quanto à colocação de betuminoso na estrada municipal seiscentos e quinze, que atravessa a freguesia de Real e Castelo de Penalva, porque as fendas permanecem e da intervenção resultou a eliminação da pouca sinalização horizontal que existia.-----

----- Perguntou ao Presidente da Câmara qual a finalidade do centro de apoio sociocultural de Roriz. ---

----- Pediu informações respeitantes à recolha de resíduos urbanos no Concelho. -----

----- Congratulou-se com a edição do livro “Município de Penalva do Castelo – Séculos XIX-XX”, mas lembrou a falta da história do Concelho nos séculos anteriores no panorama editorial do Concelho.-----

----- Por fim, congratulou-se também pelo lançamento do concurso público da empreitada “Retificação da estrada Lamegal-Ribeira”, mas alertou para o facto da necessidade do pavimento ter que resistir à passagem diária de veículos pesados provenientes da exploração mineira.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Trancozelos pediu informações sobre o ponto de situação em que se encontra o lançamento da empreitada referente à estrada de Trancozelos-Trancozelinhos; lembrou que era uma promessa do Presidente da Câmara e que devia avançar com a obra o mais célere possível.------

-----Reforçou o pedido para que se resolvesse o problema das fossas na freguesia de Trancozelos.-----

-----O Presidente da Câmara informou que a data para a conclusão das obras nos sanitários públicos se mantém, ou seja, no período da realização da Festa da Música em Penalva do Castelo.-----

-----Mencionou que a finalidade do centro de apoio sociocultural de Roriz será a de acolher coletividades que necessitam de instalações e de disponibilizar futuramente alguns serviços, inclusive da Câmara, para que as pessoas não tenham de se deslocar à Vila. Lembrou que na parte do Concelho onde está localizado existe uma grande concentração de pessoas.-----

----- Relativamente à recolha de resíduos urbanos referiu que estavam a trabalhar com Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão algumas situações que tinham de ser definidas; perspetivou para breve um período experimental que vai permitir aferir os resultados do serviço de recolha.-----

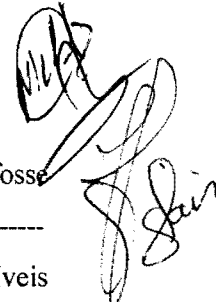
----- Quanto à empreitada “Retificação da estrada Lamegal-Ribeira”, informou que o pavimento seguia o padrão normal das outras estradas; deixou aberta a possibilidade de se colocar sinais verticais com indicações para limitar a tonelagem das cargas do trânsito pesado.-----

----- Afirmou que a empreitada da estrada de Trancozelos-Trancozelinhos é para lançar; no que diz respeito à limpeza de fossas e estações de tratamento informou que utilizaria os funcionários afetos à recolha dos resíduos sólidos urbanos para esta finalidade, redobrando a atenção nesse âmbito.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Real transmitiu ao Presidente de Câmara que quando foi lançada a empreitada “Retificação da estrada Lamegal-Ribeira” já tinha conhecimento da concessão de exploração de minérios dos Abogões e do conseqüente aumento da circulação de veículos pesados; se autorizou ou não se mostrou contra a exploração de minério não tem agora de colocar a sinalização vertical para limitar a tonelagem na estrada supramencionada.-----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Germil congratulou-se com o lançamento da empreitada “Retificação da estrada Lamegal-Ribeira”, mas salientou que as construções das habitações contíguas à estrada foram aprovadas pela Câmara mas não têm acesso à rede pública de abastecimento de água; alertou para o facto de instalar as infraestruturas necessárias para o efeito antes de retificar a estrada.-----

----- Quanto à tonelagem, lembrou que o limite são quarenta toneladas; mencionou que as empresas não podem pagar os impostos em Penalva do Castelo e, no caso concreto de Germil, terem os veículos em Mangualde.-----



----- Apresentou a disponibilidade por parte da Junta de Freguesia em colaborar no que fosse necessário e possível.-----

----- O Presidente da Câmara disse que a colocação da sinalização vertical respeitava a possíveis situações do não cumprimento da lei em relação à tonelagem transportada e que a empreitada foi lançada para uso normal no que respeita à circulação de veículos ligeiros e pesados. -----

-----Concordou com a possibilidade de servir as habitações junto da estrada com expansão da rede de abastecimento de água, desde que os habitantes manifestem essa intenção; lembrou que existem milhares de euros gastos em infraestruturas para o efeito em determinados locais pelo Concelho e sem utilização, lugares onde ninguém veio requerer o serviço. -----

-----O membro José Luís Albuquerque Antunes lembrou que em relação à estrada Lamegal-Ribeira não tinha informação da sede das empresas que a utilizavam com os veículos pesados e que para ser construída uma estrada para uma tonelagem elevada seria necessário fazer uma nova estrada e de custos elevados, que a Câmara possivelmente não poderia suportar.-----

----- Acrescentou que os impostos pagos pelas empresas que laboram no local provavelmente não ficam em Penalva do Castelo; salvaguardou, no entanto, a situação da criação de emprego. -----

-----O Presidente da Câmara disse que o mais importante é mesmo a criação de empresas e emprego no Concelho.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Germil lembrou ao membro José Luís Albuquerque Antunes que as empresas de que falou têm a sua sede fiscal no Concelho. -----

Segundo – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012:-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta da Câmara Municipal, a qual fica anexa à presente ata da qual faz parte integrante.-----

-----Foi aberto um período de intervenções, para o qual se inscreveram os membros António Correia Cabral e o Presidente da Junta de Freguesia de Real.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Real referiu que, em relação à despesa corrente diminuiu pouco entre dois mil e onze e dois mil e doze e aumentou significativamente nos últimos quatro anos considerados no Relatório de Contas, nomeadamente com a aquisição de bens e serviços e com outras despesas correntes.-----

----- Referiu que o mesmo não se verificava nas despesas de capital, no mesmo período de quatro anos, de dois mil e nove a dois mil e doze, verificando-se um desinvestimento; lamentou que se gaste cada vez mais em despesa corrente e cada vez menos em despesa de investimento.-----

----- Assinalou que apenas vinte e um por cento das previsões de investimento para o ano de dois mil e doze foram concretizadas.-----

----- Pediu informações sobre a redução de luminárias no Concelho e a efetiva diminuição de despesa com a iluminação pública. -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação da aquisição do antigo edifício do ciclo de Penalva do Castelo; questionou o Presidente da Câmara sobre qual era o benefício para o Concelho de continuar a pagar renda daquele espaço.-----

----- Perguntou se a Câmara tem o inventário dos bens da Autarquia.-----

----- O membro António Correia Cabral considerou que o nível de execução global é baixíssimo o que revela alguma inércia e incapacidade em termos de fazer avançar determinadas obras. Salientou que as despesas correntes, nomeadamente despesas com salários, que acontecem todos os meses, são a parte mais substancial do orçamento.-----

----- Também referiu que a mesma despesa não se verificava nas despesas de capital e isso foi constatado ao longo do ano e do exercício económico em que uma grande parte das atas de reunião do executivo municipal se prendia com a atribuição de subsídios, licenciamentos, arquitetura e pouco mais. Não constatou pontos na ordem do dia em que houvesse indicação da execução física de obra.-----

----- Apesar de ter vindo a reduzir as expectativas e a definir orçamentos com maior realismo, o que se verifica é que o ano de dois mil e doze é praticamente um ano perdido em termos de desenvolvimento do Concelho em face dos números apresentados; um terço para salários, um outro terço para investimento e um terço passa para o ano económico seguinte, porque de facto há incapacidade em termos de uma gestão mais proativa e, obviamente se não há investimento, se não há a realização das obras necessárias ao desenvolvimento do Concelho, existe um atraso como se tem vindo a constatar por diversas vezes em termos de indicadores. Concluiu que os anseios e a satisfação das necessidades das populações ficam adiados.------

----- O Presidente da Câmara respondeu que passou saldo para o ano seguinte, não porque não tiveram capacidade mas porque houve limites em termos de participações. Disse que ainda acreditou que houvesse a hipótese de haver mais obras participadas e reforçou que se não existissem esses limites nos fundos comunitários o saldo seria zero.-----

-----Referiu que houve sempre a preocupação de transferir da despesa corrente para a despesa de capital e que continua a ter essa possibilidade.-----

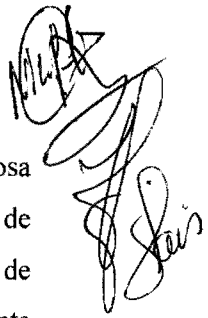
-----Quanto à faturação da EDP referiu não ter números exatos mas disse manifestamente que houve diminuição da despesa e que ainda existe margem para mais cortes.-----

-----Reconheceu que se devia resolver a situação do antigo edifício do ciclo. Informou que existem conversações com o proprietário que exige o montante pelo qual está avaliado nas finanças, um preço proibitivo.-----

-----Acrescentou que a aquisição seria uma mais-valia em termos futuros integrando o espaço contíguo onde se realizava a antiga feira com o objetivo urbanizar aquela zona.-----

-----Informou que tem sido feita a atualização do inventário dos bens do Município dentro das possibilidades existentes.-----

-----Após a intervenção dos membros da Assembleia Municipal e a explicação dada pelo Presidente da Câmara Municipal, foi a proposta supramencionada posta a votação, a qual foi aprovada por maioria com catorze abstenções dos membros, José Luís de Almada Saldanha Cardoso Menezes, António Correia



Cabral, Abel Gouveia da Silva, Dália Maria Araújo Silva, Luís Miguel Ferreira Gouveia, Zulmira Rosa Silva Ferreira Santos, António Manuel Lopes de Carvalho, Liseta de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Esmolfe, Presidente da Junta de Freguesia de Germil, Presidente da Junta de Freguesia de Ínsua, Presidente da Junta de Freguesia de Lusinde, Presidente da Junta de Freguesia de Real e Presidente da Junta de Freguesia de Trancozelos e doze votos a favor dos restantes membros.-----

Terceiro – Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2013 – 1.ª revisão:-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta da Câmara Municipal, a qual fica anexa à presente ata da qual faz parte integrante.-----

-----Foi aberto um período de intervenções no qual se inscreveu o Presidente da Junta de Freguesia de Real.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Real congratulou-se com a apresentação e aprovação das candidaturas às redes de manutenção das galerias ripícolas dos rios Coja e Ludares.-----

-----Referiu que houve um aumento das rubricas do saneamento, segurança rodoviária e sinalização; perguntou se era para resolver os problemas de algumas fossas mais problemáticas e se em relação ao trânsito rodoviário se iriam colocar as lombas na freguesia de Real e se vai haver melhoria da sinalização e a colocação de lombas em outras estradas do Concelho.-----

-----Pedi esclarecimentos sobre o aumento das verbas para a limpeza de bermas e valetas.-----

-----O Presidente da Câmara mencionou que o aumento das verbas para a limpeza de bermas e valetas reflete o pagamento de importâncias que não foram pagas nos anos transatos.-----

-----Quanto à sinalização disse perspetivar a resolução de algumas das situações pendentes.-----

-----Após a intervenção dos membros da Assembleia Municipal e a explicação dada pelo Presidente da Câmara Municipal, foi a proposta supramencionada posta a votação, a qual foi aprovada por maioria com sete abstenções dos membros, António Correia Cabral, Abel Gouveia da Silva, Dália Maria Araújo Silva, Luís Miguel Ferreira Gouveia, Zulmira Rosa Silva Ferreira Santos, Liseta de Jesus Correia e Presidente da Junta de Freguesia de Real e vinte votos a favor dos restantes membros.-----

Quarto – Orçamento Municipal para 2013 – 1.ª revisão:-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta da Câmara Municipal, a qual fica anexa à presente ata da qual faz parte integrante.-----

-----Foi aberto um período de intervenções, no qual não se inscreveu nenhum dos membros.-----

-----Após a explicação dada pelo Presidente da Câmara Municipal, foi a proposta supramencionada posta a votação, a qual foi aprovada por maioria com sete abstenções dos membros, António Correia Cabral, Abel Gouveia da Silva, Dália Maria Araújo Silva, Luís Miguel Ferreira Gouveia, Zulmira Rosa Silva Ferreira Santos, Liseta de Jesus Correia e Presidente da Junta de Freguesia de Real e vinte votos a favor dos restantes membros.-----

PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

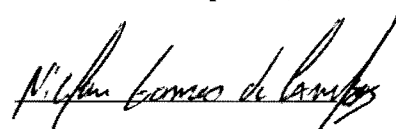
-----Não se verificou qualquer tipo de intervenção por parte do público.-----

ENCERRAMENTO

-----As deliberações tomadas foram aprovadas em minuta, no final da sessão, para efeitos imediatos.

-----E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, às dezassete horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser devidamente assinada, nos termos da lei. E eu, Nicolau Gomes de Campos, Técnico Superior, a lavrei e assino. -----

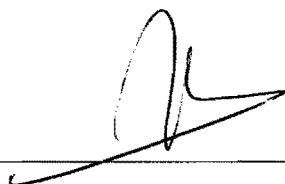
O Técnico Superior,



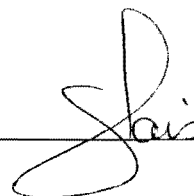
O Primeiro Secretário,



O Presidente da Assembleia Municipal,



O Segundo Secretário,



Anexos:- -----

- Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município;---
- Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012;-----
- Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2013 – 1.ª revisão;-----
- Orçamento Municipal para 2013 – 1.ª revisão.-----



[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

I. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1.1. Requalificação da rede viária do concelho;
- 1.2. Reabilitação urbanística da Vila de Penalva do Castelo;
- 1.3. Dinamização sócio-educativa, cultural e desportiva do Concelho;

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E PREVISTAS

- 2.1. Organização de **"Férias da Páscoa na Piscina e na Biblioteca Municipal"**, entre os dias 18 a 27 de março;
- 2.2. Projeto **"Penalva em Movimento"**: caminhada **"Caminhada dos Namorados"**, no dia 17 de fevereiro, caminhada **"Dia Internacional da Mulher"**, no dia 17 de março e caminhada **"Dia Mundial "Juntos, Venceremos o Cancro"**, no dia 07 de abril;
- 2.3. Elaboração do projecto, orçamento, procedimento, Caderno de Encargos e lançamento do concurso público da empreitada **"Retificação da estrada Lamegal-Ribeira "**, pelo valor base de 188 281,16€ e da empreitada **"Pavimentação da estrada Sezures-Santa Clara"**, pelo valor base de 389 871,15€;
- 2.4. Apresentação do Livro **"Município de Penalva do Castelo – Séculos XIX-XX"**, no dia 25 de Abril;

III. OBRAS EXECUTADAS E EM EXECUÇÃO PELOS SERVIÇOS EXTERNOS:

- 3.1. Ampliação da rede de abastecimento de água, no cemitério de Sezures;
- 3.2. Reestruturação e beneficiação nos Armazéns Municipais;
- 3.3. Execução de muro de suporte e vedação no arruamento junto ao Centro Social de Pindo;
- 3.4. Continuação da execução dos novos sanitários públicos, em Penalva do Castelo;



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO

- 3.5. Execução da rede de rega na zona envolvente aos Paços do Concelho;
- 3.6. Limpeza e manutenção dos sistemas de aquecimento dos estabelecimentos escolares do concelho;
- 3.7. Realização de diversos procedimentos de aquisição de bens e serviços, na Plataforma Eletrónica de Compras Públicas "Construlink";
- 3.8. Obras de remodelação na ETAR de Gôje;
- 3.9. Limpeza de fossas, desobstrução de coletores e manutenção das ETAR's do concelho;
- 3.10. Manutenção da rede viária do concelho de Penalva do Castelo, nomeadamente com colocação de betuminoso;
- 3.11. Colocação de tout-venant em diversos locais do concelho;
- 3.12. Execução de ramais de água e saneamento, bem como reparação de avarias, em diversas localidades do concelho;
- 3.13. Recolha de lixos domésticos no concelho;
- 3.14. Limpeza de arruamentos da Vila;
- 3.15. Execução de trabalhos de jardinagem, manutenção e regas em diversos espaços verdes.

IV. PRINCIPAIS EMPREITADAS EM CURSO

- 4.1. Empreitada "**Ampliação da rede BT – Eletrificações Agrícolas- zona das Regadias-Sezures**", pelo valor de 4 825,70€+IVA (fase de execução);
- 4.2. Empreitada "**Ampliação da rede BT – Eletrificações Agrícolas- zona da Lagoa-Pindo**", pelo valor de 15 576,89€+IVA (fase de execução);
- 4.3. Empreitada "**Ampliação da rede BT – Eletrificações Agrícolas- zona da Chã-Valados-Casal Diz**", pelo valor de 5 882,55€+IVA (fase de execução);
- 4.4. Empreitada "**Ampliação da rede BT – Eletrificações Agrícolas- Qtª da Ribeira-Sezures**", pelo valor de 2 427,20€+IVA (fase de execução);
- 4.5. Empreitada "**Requalificação de arruamentos na Vila – Rua da Vinha em Sangemil**", pelo valor de 38 520,56€+IVA (fase de execução);



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO

- 4.6. Empreitada **“Execução de muros - arruamento da Insua”**, pelo valor de 52 542,46€+IVA (fase de execução);
- 4.7. Empreitada **“Alargamento de acesso a Gôje”**, pelo valor de 57 721,03€+IVA (fase de execução);
- 4.8. Empreitada **“Regeneração Urbana (zona nascente da vila)”**, pelo valor de 397 997,44 €+IVA (fase de execução);
- 4.9. Empreitada **“Arruamento de ligação ao cemitério á EM 570 (Barrocas)”**, pelo valor de 415 834,58€+IVA (fase de execução);
- 4.10. Empreitada **“Área de Acolhimento Empresarial de Esmolfe-Sezures”**, adjudicada pelo valor de 672 704,61€+IVA (fase de execução);
- 4.11. Empreitada **“Alargamento de arruamento com execução de muros em Moinhos de Pepim”**, pelo valor de 28 994 ,99€+IVA (fase de execução);
- 4.12. Empreitada **“Recuperação de edifício-centro de apoio sócio-cultural de Roriz”**, pelo valor de 79 654,15€+IVA (fase de execução);
- 4.13. Empreitada **“Beneficiação e conservação do pavilhão Gimno-desportivo”**, pelo valor de 123 876,73 €+IVA (fase de conclusão);
- 4.14. Empreitada **“Retificação da Estrada de Peges – Carvalha”**, pelo valor de 42 698,63 €+IVA (fase de recepção provisória);
- 4.15. Empreitada **“Piscina Exterior – Arranjo da zona envolvente”**, pelo valor de 53 098,70€+IVA (fase de recepção provisória);
- 4.16. Empreitada **“Conservação e ampliação da rede de saneamento – Lizei (construção de coletor de esgotos)”**, pelo valor de 5 250 € + IVA (fase de conclusão);
- 4.17. Empreitada **“Reabilitação Urbanística de Arruamentos da Vila – 1.ª Fase”**, pelo valor de 898 876,19 €+IVA (fase de conclusão);
- 4.18. Empreitada **“Pavimentação na Estrada do Salgueiro”**, pelo valor de 32 275,49 € (fase de recepção provisória);
- 4.19. Empreitada **“Retificação da E. M. Marinha – Malcata”**, pelo valor de 132 953,68 €+IVA (fase de recepção provisória);
- 4.20. Empreitada **“Retificação da Estrada de Lizei à E. N. 329-1”**, pelo valor de 123 466, 33 €+IVA (fase de recepção provisória);



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO

- 4.21. Empreitada "**Energias Renováveis**" (Sistemas Solares Fotovoltáicos e Térmicos nos Edifícios das Piscinas, dos Paços do Concelho, dos Armazéns e Oficinas), pelo valor de 132 685,00 €+IVA (fase de conclusão);
- 4.22. Empreitada "**Beneficiação de Caminhos Rurais – Caminho Rural Sezures – Limite do concelho (Sátão – perfil 129)**", pelo valor de 149 910,78 €+IVA (Fase de receção provisória);
- 4.23. Empreitada "**Construção da Biblioteca Municipal de Penalva do Castelo**", pelo valor de 690 645,06 €+IVA – (fase de receção provisória).

V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Disponibilidades:

Caixa-----	1 652,11€
Fundo de maneo-----	3 000,00€
Depósitos à ordem-----	1 280 980,98€
Depósitos a prazo-----	2 000 000,00€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES-----	3 285 633,09€

5.2 Participações:

As participações financeiras detidas pelo Município são as seguintes:

Negócios e Inovações Tecnológicas (NIT): 1 000 ações cujo preço de subscrição foi de 4,99 € - cada: -----	4 990,00 €
WRC – Agência de Desenvolvimento Regional: 500 ações ao preço unitário de 5,00 € cada: -----	2 500,00 €
Mateviseu – Matadouro Regional de Viseu, S.A.–3600 ações x 5,00 € -----	18 000,00 €

5.3. Dívida:

5.3.1. Curto prazo:

Créditos comerciais----- 245 148,87 €

5.3.2. Médio e longo prazo:

Créditos bancários----- 2 896 280,07 €

Paços do Município de Penalva do Castelo, 05 Abril de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,

(Dr. Leonídio Figueiredo Gomes Monteiro)



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Aprovado com
12 votos favor
14 abstenções
0 (zero) votos em
21/13/04/17

----- CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PENALVA DO CASTELO,
REALIZADA EM CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE: -----

.....
"26 - RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO ANO DE 2012: -----

O senhor Presidente da Câmara apresentou uma informação do seguinte teor: -----

"Considerando que o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas, são os documentos que refletem a execução do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano de um ano económico; -----

Considerando que nos termos da alínea e), do número dois, do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, com a nova redação dada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar aqueles documentos e submetê-los à apreciação do órgão deliberativo; -----

Considerando ainda que, apesar dessa competência me ter sido delegada, por deliberação do Executivo de seis de novembro de dois mil e nove, entendo dever submeter a aprovação do Executivo. -----

Assim sendo, apresento à Câmara Municipal aqueles documentos, para que seja este Órgão a aprová-los." -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara enalteceu o trabalho desenvolvido por todos os trabalhadores que colaboraram para que estes resultados fossem possíveis e elogiou também o enorme esforço da Divisão Financeira por em tempo concretizar a sua elaboração. -----

A Câmara tendo em conta aquela informação, deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores, senhores Dr. Vítor Manuel Melo Fernandes e Francisco Lopes de Carvalho, aprovar o Relatório de Gestão e os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e doze, os quais se encontram integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea c), número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a nova redação dada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

Nestes termos, e em função dos resultados apurados, propõe-se que o resultado líquido do exercício de dois mil e doze, no montante de um milhão duzentos e seis mil cento e três euros e trinta e nove cêntimos, seja transferido, no início do exercício de dois mil e treze, para a conta cinquenta e nove "Resultados transitados", sendo, de acordo com a alínea b), do ponto dois.sete.três do POCAL, repartido o montante correspondente a cinco por



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

cento do exercício líquido, no valor de sessenta mil trezentos e cinco euros e dezassete cêntimos, para constituição de um "Reforço Legal".-----

O vereador, senhor Dr. Vítor Manuel Melo Fernandes, apresentou uma declaração de voto, subscrita pelo vereador, senhor Francisco Lopes de Carvalho, do seguinte teor: -----

"A análise que eu entendo dever fazer aos documentos de apresentação de contas do ano civil de dois mil e doze, elaborados pelos serviços técnicos desta Câmara Municipal é uma análise política e, neste pressuposto, o sentido de voto não pode ser outro que não seja o da reprovação, apresentando para o efeito os cinco argumentos que se seguem.-----

Voto contra, porque aqueles documentos mostram que o investimento feito no Concelho de Penalva do Castelo foi inferior a um terço do que o senhor Presidente se propusera fazer ao elaborar o orçamento municipal para o ano de dois mil e doze (vd. despesas de capital - investiu cerca de dois milhões e setecentos mil euros quando tinha feito constar que ia investir nove milhões de euros). -----

Voto contra, porque há muitas obras importantes para o Concelho que o senhor Presidente fez constar daquele Orçamento, dando a indicação que as iria realizar ou iniciar durante o ano de dois mil e doze e, à semelhança do que já acontecera em anos anteriores, mais uma vez ficaram esquecidas.-----

Voto contra, porque o senhor Presidente optou por gastar dinheiro a mais em obras que não fazem muito sentido e cuja utilidade ficará esgotada a curto prazo.-----

Voto contra, porque uma boa parte dos muitos milhares de euros que a Câmara está a enterrar na zona da feira, seguramente seriam muito melhor empregues nas escolas e jardins deste Concelho, melhorando as condições das crianças que frequentam aqueles espaços escolares.-----

Voto contra, porque o senhor Presidente se vangloria de apresentar um Resultado Líquido do Exercício de dois mil e doze, no montante de um milhão e duzentos e seis mil euros, quando o que deveria mostrar-nos era que com a correta aplicação daquele montante tinha evitado a saída de muitos jovens do Concelho que vão à procura de condições de vida que cá não têm (O atual senhor Primeiro Ministro incita os jovens a emigrar mas é porque, mesmo desinvestindo fortemente, é incapaz de evitar as contas dramaticamente negativas!). -----

Pelas cinco razões apontadas, todas elas denotando opções erradas com impacto negativo no desenvolvimento do Concelho, voto contra a proposta de aprovação das contas desta Autarquia, respeitantes ao exercício do ano civil de dois mil e doze."-----

O senhor Presidente da Câmara e os vereadores, senhor Dr. Carlos Ferreira dos Santos e senhora Maria Amélia Costa Pinheiro Rocha Carvalho, apresentaram uma declaração de voto do seguinte teor:-----

"A declaração de voto apresentada resulta de uma apreciação política, a que certamente não é alheio o facto de estarmos a seis meses de eleições autárquicas. Representa uma falsa justificação para o voto contra do Relatório de Actividades e Conta de Gerência.



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Esquece e escamoteia a realidade que, ao longo dos anos, foi transmitida de forma clara e objectiva ao executivo: procurar realizar os investimentos necessários para o concelho através da devida alavancagem proporcionada pela comparticipação dos fundos comunitários.-----

Os principais investimentos realizados, nomeadamente o "Arruamento de ligação entre o Cemitério e a E.M. quinhentos e setenta (Barrocas)" e a "Regeneração Urbana da zona nascente da vila" (zona da Feira Semanal), respondem a necessidades do concelho e foram sustentados nos fundos comunitários. A "Área de Acolhimento Empresarial de Esmolfe-Sezures", em virtude da suspensão da obra e das necessidades de reajustamentos no projecto, denota uma taxa de execução aquém da espectável, justificando uma parte significativa do saldo final do exercício.-----

O Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do ano de dois mil e doze denotam uma gestão rigorosa e responsável, alicerçada na preocupação permanente de obter fontes de financiamento que possam complementar as receitas do Município para a realização dos investimentos necessários.-----

Tal como no ano anterior, em que o Município de Penalva do Castelo ficou classificado em primeiro lugar, em termos de gestão e eficiência financeira, no ranking global dos cento e setenta e nove municípios portugueses com menos de vinte mil habitantes, também no ano de dois mil e doze foi efetuada uma boa gestão dos recursos do Município."-----

-----A presente ata foi aprovada, em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos.-----

-----Está conforme-----

Divisão Administrativa do Município de Penalva do Castelo, 08 de abril de 2013.

O Coordenador Técnico,



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Aprovado com
20 votos e favor
7 abstenções
0 (zero) votos em branco

2013/04/12

----- CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PENALVA DO CASTELO,
REALIZADA EM CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE: -----

.....
"14.02 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2013 - 1.ª REVISÃO: -----

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos vereadores, senhores Francisco Lopes de Carvalho e Dr. Vítor Manuel Melo Fernandes, aprovar a proposta da primeira revisão às Grandes Opções do Plano de Atividades para o ano de dois mil e treze e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea c), do número dois, do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro." -----

-----A presente ata foi aprovada, em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos. -----

-----Está conforme-----

Divisão Administrativa do Município de Penalva do Castelo, 08 de abril de 2013.

O Coordenador Técnico,



MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Aprovado sem.
20 votos a favor
7 abstenções
0 (zero) votos contra

2013/04/12

----- CÓPIA DE PARTE DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PENALVA DO CASTELO,
REALIZADA EM CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE:-----

.....
"13.02 - ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2013 - 1.ª REVISÃO:-----

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos vereadores, senhores Francisco Lopes de Carvalho e Dr. Vítor Manuel Melo Fernandes, aprovar a proposta da primeira revisão ao Orçamento Municipal para o ano de dois mil e treze, a qual prevê um aumento global de dois milhões setecentos e vinte e nove mil novecentos e sessenta e oito euros e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, conforme determina a alínea c), do número dois, do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro."-----

-----A presente ata foi aprovada, em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos.-----

-----Está conforme-----

Divisão Administrativa do Município de Penalva do Castelo, 08 de abril de 2013.

Coordenador Técnico,